

Encruzilhada histórica aos 77 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

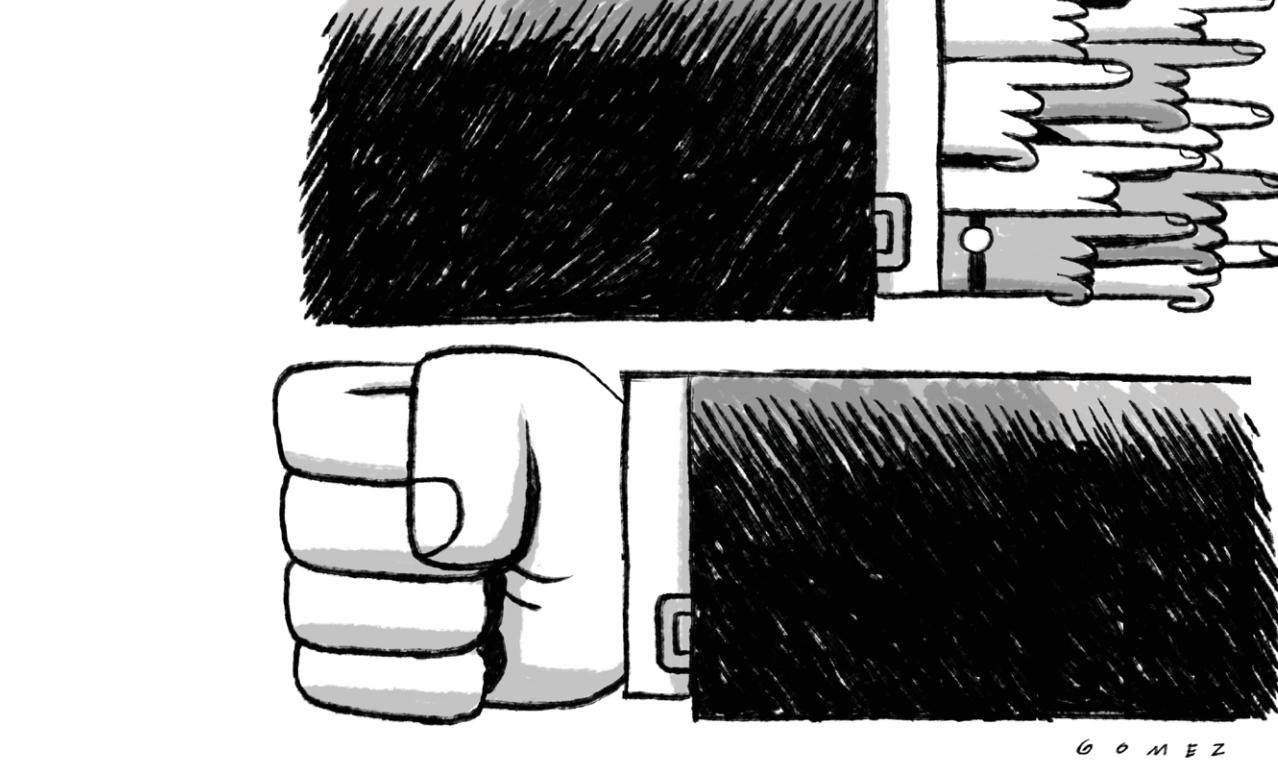


» ROGÉRIO SOTTILI
Diretor-executivo do Instituto Vladimir Herzog. Foi Secretário Especial de Direitos Humanos do governo federal e secretário Municipal de Direitos Humanos da Cidade de São Paulo

No último 10 de dezembro, quando o mundo celebrou os 77 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, fomos novamente lembrados da necessidade de reafirmar o pacto ético surgido após a Segunda Guerra Mundial. Em 2025, porém, essa data tornou-se alerta. A promessa universal dos direitos humanos é erodida diariamente, internacionalmente e no Brasil, onde forças autoritárias tentam reconstruir um projeto baseado na violência, na mentira, na impunidade, no saque ao bem público e na destruição de direitos.

O ano de 2025 expôs essa encruzilhada. A extrema-direita avançou globalmente, corroendo instituições, desacreditando a imprensa, normalizando a violência política e disseminando desinformação em escala industrial. Como advertiu Hannah Arendt, regimes autoritários prosperam quando constroem realidades nas quais os fatos deixam de significar algo — terreno que se tentou adubar no Brasil e em outros países. Ao mesmo tempo, houve resistência: democracias à beira de rupturas frearam retrocessos.

O Brasil ocupou lugar decisivo. Apesar de pressões, reorganizou políticas públicas, recuperou presença internacional, enfrentou a fome e reafirmou compromissos com a democracia. Generais foram presos pela primeira vez desde a redemocratização; um ex-presidente foi responsabilizado criminalmente; o STF manteve a centralidade do Estado Democrático de Direito. Houve mobilização social e fortalecimento institucional.



Importações predatórias ameaçam o aço e o Brasil



» MAÍLSON DA NÓBREGA
Ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria

Adesindustrialização caracteriza-se pela perda de peso e relevância da indústria no PIB. Pode ocorrer de forma natural, quando avanços na tecnologia e na gestão das empresas elevam a fatia dos serviços na economia. Nos Estados Unidos, a indústria hoje detém apenas 19% do PIB, ante 80% dos serviços. Tal processo, benéfico, ocorre de forma lenta, associado à abertura para o exterior, mudanças estruturais e inovações que ampliam a competitividade da indústria. Os ganhos de eficiência e de produtividade expandem a economia.

A desindustrialização também ocorre lentamente quando protecionismo excessivo, subsídios e incentivos fiscais, combinados, desestimulam a inovação e minam a competitividade da indústria. Pode se dar de forma acelerada, quando setores são afetados por desequilíbrio macroeconômico ou súbita e forte alta de importações. Na origem desse processo maléfico, estão subsídios à exportação por países com excesso de produção. Os itens chegam ao destino abaixo do preço de custo, arrasando fábricas locais.

Justificam-se, ante a invasão de produtos estrangeiros, ações urgentes de defesa da indústria nacional, sob risco de danos que podem torná-la inviável. Do contrário, perdas afetarão a economia

e o bem-estar da sociedade. Há que evitar a interpretação de que os dois tipos de desindustrialização têm a mesma origem, conduzindo à percepção errônea de que defender a indústria contra importações desleais seja protecionismo em favor de segmentos ineficientes. Não é.

Um exemplo ocorre na indústria brasileira do aço. Desde 2023, o setor enfrenta importações predatórias que ameaçam sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento do país e sua sobrevivência. Prevê-se que este ano entrem no país 6 milhões de toneladas de aço laminado, alta de 32% sobre 2024. É o triplo da média entre 2000 e 2019 e um terço do mercado nacional.

A avalanche vem especialmente da China, que fabrica um bilhão de toneladas de aço por ano — 30 vezes a produção brasileira. O governo chinês subsidia exportações de aço inclusive para reverter a queda da demanda interna. Dessa forma, as vendas externas já superaram 100 milhões de toneladas anuais, o triplo da produção brasileira. O excedente de aço dos países exportadores encontra um mercado global com excesso de capacidade de 619 milhões de toneladas — ou 12 vezes a capacidade das usinas brasileiras.

As importações de aço não afetam apenas o Brasil, mas outros países, que têm reagido de forma dura para preservar a indústria nacional. Desde 2018, Estados Unidos, União Europeia, Reino Unido e México elevaram tarifas de importação para 25%. Este ano, americanos subiram a taxa para 50%, seguidos pelo Canadá. A União Europeia planeja o mesmo, além de cortar cotas.

Já o Brasil encontra-se vulnerável. Aqui, a tarifa de importação de aço é 10,8%. Em junho de 2024, apenas 10 produtos, de um total de 273,

pilares de um país que não aceita retrocessos, mas que avança.

O Instituto defende que não basta manter o que temos: precisamos construir algo melhor, mais sólido e verdadeiramente transformador.

Renovar o Congresso será tarefa decisiva. Não votar em quem defende tortura; promove racismo, homofobia, misoginia, xenofobia ou perseguição religiosa; ataca jornalistas, artistas, educadores e defensores de direitos humanos; pactua com milícias; afronta a Constituição. Trata-se de responsabilidade democrática elementar, compatível com a tradição brasileira.

No cenário internacional, o Brasil terá responsabilidades ampliadas. Num mundo marcado por deslocamentos forçados, guerras prolongadas, violações massivas e colapso do multilateralismo, o país pode recuperar sua tradição diplomática de defesa do diálogo e da paz, reafirmando a centralidade da Declaração Universal.

O Instituto Vladimir Herzog concluiu a campanha 50 anos por Vlado, lembrando um jornalista que enfrentou tortura e censura com a firmeza de quem sabia que a democracia é projeto permanente. Sua memória nos convoca à caramagem cívica e à disposição de enfrentar injustiças.

Por tudo isso, 2026 será um ano-encruzilhada. As forças autoritárias seguem organizadas, mas há energia democrática vibrante: educadores, artistas, jornalistas, povos tradicionais, lideranças comunitárias, juventudes e defensores de direitos humanos insistem que a esperança é possível.

Que os 77 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos nos lembrem que nenhum direito está garantido para sempre e sirvam como chamado à responsabilidade. O Brasil pode afirmar-se como liderança democrática global se fortalecer instituições, responsabilizar golpistas, proteger vidas e renovar o pacto civilizatório que nos trouxe até aqui. Só assim poderemos, de forma consciente e coletiva, colocar a dignidade humana no centro do nosso futuro.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.dj@abr.com.br



Por que não os homens?

Provoca debate a seguinte pergunta, que ignora convenções: se uma gravidez humana exige nove meses de gestação durante os quais a mulher carrega, arrisca a saúde e sofre as consequências físicas, sociais e econômicas, por que a maior parte da responsabilidade prática e do investimento em contracepção continua a recair sobre as mulheres? A aritmética simples que circula nas conversas ajuda a iluminar o problema: nove meses têm, em média, 270 dias; se um homem tivesse relações com várias parceiras diariamente ao longo desse período (hipótese extrema), o produto dessa multiplicação mental pode chegar a milhares de concepções potenciais — o número 2.430 que alguns citam resulta de 270 dias considerando nove parceiras diárias.

Essa conta serve como provocação: biologicamente, a realidade é mais complexa — probabilidades de concepção diárias, uso de métodos contraceptivos, infertilidade, intercurso etc. —, mas o ponto político e científico permanece. A capacidade reprodutiva masculina é multiplicativa e subexplorada no campo do controle de natalidade. O debate não é abstrato. Hoje, a população humana global está na casa dos bilhões, e as projeções demográficas continuam a indicar grandes transformações nas próximas décadas. As estimativas da Divisão de População das Nações Unidas (WPP) mostram que a transição demográfica, com crescimento importante em algumas regiões e declínio em outras, deve levar a uma população mundial na ordem dos 9 aos 10 bilhões ao longo do século, com concentrações crescentes em África e Sul da Ásia.

Essas trajetórias importam, pois condicionam consumo, uso de terra, água e energia. Se a preocupação maior é a pressão humana sobre os sistemas naturais, não basta falar em “menos gente”; é preciso combinar políticas de população com redução do consumo excessivo e reorientação tecnológica. Indicadores como o Dia da Sobrecarga da Terra (Earth Overshoot Day) mostram, no calendário, que a humanidade já consumiu todos os recursos renováveis que a Terra gera neste ano. Vivemos em deficit ecológico. Em anos recentes, esse dia tem caído cada vez mais cedo — sinal claro de que nossa demanda por recursos supera a capacidade de renovação e de absorção de resíduos do planeta.

Isso traduz, em termos concretos, destruição de habitats, erosão de solos, sobrepesca e superemissão de carbono. A ligação entre números humanos e perda de biodiversidade é bem documentada na literatura científica: estudos recentes apontam que a pressão populacional combinada à economia de consumo e políticas inadequadas é um dos motores fundamentais da crise de extinção e do colapso dos ecossistemas. Especialistas em conservação afirmam que, sem enfrentar a questão da escala humana (tamanho da população versus padrão de consumo), os esforços isolados de proteção não serão suficientes para inverter tendências profundas.

Diante desse diagnóstico, que política faz mais sentido? A resposta proposta nesta coluna é dupla, mas interligada: (1) levar a sério o desenvolvimento e a difusão de contracepção masculina como prioridade científica e de saúde pública; (2) travar a crença moralista de que responsabilidade reprodutiva é, e deve ser, quase exclusivamente feminina. A justificativa prática é simples. Métodos masculinos eficazes, seguros e culturalmente aceitos expandiriam rapidamente o leque de opções para casais e poderiam reduzir gravidezes não planejadas sem onerar exclusivamente o corpo das mulheres.

Hoje, são duas as frentes reais de avanço: métodos não hormonais em desenvolvimento — pílulas que bloqueiam a produção de espermatozoides por vias específicas — e métodos hormonais e dispositivos gel, implantes, injeções e mesmo implantes hidrogelés que bloqueiam o trânsito de espermatozoides. Ensaio clínico recente e revisões mostram ganhos substanciais em taxa de supressão de espermatozoides e aceitabilidade; a pesquisa médica tem acelerado após décadas de subfinanciamento. Há, claro, resistências culturais, políticas e científicas. Em alguns países, a prevalência de vasectomia caiu nas últimas décadas; em outros, há renovação do interesse por soluções masculinas.

Parte do problema histórico foi o financiamento desproporcional para métodos femininos, o estímulo a abortos, o medo de efeitos colaterais em homens e uma mistura de normas de gênero que delegam a “gestão da gravidez” às mulheres. Mas os ensaios e as inovações recentes mostram que essas barreiras podem ser transpostas: a ciência já demonstrou que é tecnicamente viável reduzir temporariamente a fertilidade masculina de maneira reversível e segura.

Argumentar que “é o homem que deveria ser o foco” não implica deslocar recursos das mulheres, nem apagar direitos sexuais e reprodutivos femininos. Implica, antes, repensar prioridades: ampliar financiamento público e privado para contraceptivos masculinos; incluir homens nas campanhas de educação sexual; promover vasectomias seguras e acessíveis onde houver demanda; apoiar pesquisas internacionais para avaliar impactos socioculturais; e integrar essas medidas às políticas climáticas e de uso da terra.

A frase que foi pronunciada:

“Se fosse o homem que sentisse a dor do parto, todo casal só teria um filho.”

Dona Dita

História de Brasília

Se não fosse lugar de político, um bom ministro da Agricultura seria o dr. Israel Pinheiro. Para realizar mesmo, seria um dos poucos no país. (Publicada em 15/5/1962)